



Número: **0000160-79.2017.6.16.0000**

Classe: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Cláudia Cristina Cristofani**

Última distribuição : **01/02/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Prestação de Contas - de Partido Político**

Objeto do processo: **PROCESSO MIGRADO - Prestação de Contas Partidária Anual, pelo Diretório Estadual do partido interessado, relativa ao exercício de 2016.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS (EMBARGANTE)	LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO)
RUBENS BUENO (EMBARGANTE)	LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO)
JORGE GOMES ROSA FILHO (EMBARGANTE)	LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO)
GERALDO HERNANDES TORRES (EMBARGANTE)	LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) ROBERTO IVAN ROSSATTI (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO)
CIDADANIA - CIDADANIA (Diretório Estadual do Paraná) (EMBARGANTE)	LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA (ADVOGADO) FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES (ADVOGADO) MAITE CHAVES NAKAD MARREZ (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK (ADVOGADO) LUIZ EDUARDO PECCININ (ADVOGADO)
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42938 386	06/04/2022 12:30	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO Nº 60.591

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ELEITORAL N.º 0000160-79.2017.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ

Relator: CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

EMBARGANTE: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

ADVOGADO: LUIZ EDUARDO PECCININ - OAB/PR58101-A

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - OAB/PR22076-A

ADVOGADO: FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - OAB/PR20738

ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A

EMBARGANTE: RUBENS BUENO

ADVOGADO: LUIZ EDUARDO PECCININ - OAB/PR58101-A

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - OAB/PR22076-A

ADVOGADO: FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - OAB/PR20738

ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A

EMBARGANTE: JORGE GOMES ROSA FILHO

ADVOGADO: LUIZ EDUARDO PECCININ - OAB/PR58101-A

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - OAB/PR22076-A

ADVOGADO: FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - OAB/PR20738

ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A

EMBARGANTE: GERALDO HERNANDES TORRES

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - OAB/PR22076-A

ADVOGADO: FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - OAB/PR20738

ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A

ADVOGADO: LUIZ EDUARDO PECCININ - OAB/PR58101-A

EMBARGANTE: CIDADANIA - CIDADANIA (Diretório Estadual do Paraná)

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - OAB/PR22076-A

ADVOGADO: FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - OAB/PR20738

ADVOGADO: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - OAB/PR86684-A

ADVOGADO: PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - OAB/PR62051-A

ADVOGADO: LUIZ EDUARDO PECCININ - OAB/PR58101-A

FISCAL DA LEI: Procurador Regional Eleitoral

**EMENTA – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO NO ACÓRDÃO
CARACTERIZADA - EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS.**



1. A ausência de pronunciamento judicial sobre ponto ou questão relevante suscitado pelas partes, a exemplo do número de parcelas de desconto de repasses futuros do Fundo Partidário, autoriza a oposição de embargos de declaração.

2. Embargos conhecidos e parcialmente acolhidos.

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, acolheu-os parcialmente, nos termos do voto da Relatora.

Curitiba, 01/04/2022

RELATOR(A) CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Diretório Estadual do Partido Popular Socialista (Cidadania) contra o acórdão nº 60.114, que, por unanimidade, desaprovou as contas prestadas pelo órgão partidário, determinando o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

O embargante alega a existência de: a) omissão no tocante à diferenciação entre impropriedade e irregularidade, vez que comprovou materialmente os gastos efetuados; b) omissão quanto à suspensão das cotas do Fundo Partidário em caso de não recolhimento espontâneo e não imediatamente; c) omissão em relação ao número de parcelas de desconto de repasses futuros do Fundo Partidário, no concernente à sanção imposta com fundamento no artigo 37 da Lei n.º 9.069/95.

Ao final, requer o provimento dos embargos de declaração para afastar as omissões apontadas e considerar a matéria prequestionada.

Encaminhados os autos à Procuradoria Regional Eleitoral, foi apresentada manifestação pugnando pelo conhecimento e rejeição dos embargos de declaração opostos.

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Os embargos de declaração são tempestivos, devendo ser conhecidos.



Com efeito, a natureza reparadora dos Embargos de Declaração só permite a sua oposição contra sentença ou acórdão acoimado de obscuridade, contradição ou omissão (art. 275, I e II do Código Eleitoral), ou ainda para correção de erro material, bem como para fins de prequestionamento.

Na hipótese, o embargante aduz que o julgado encontra-se eivado de omissões.

A omissão ensejadora de embargos de declaração consiste na falta de pronunciamento judicial sobre ponto ou questão relevante suscitado pelas partes, ou que o juiz/tribunal deveria se pronunciar de ofício. Caracteriza-se a omissão pela falta de atendimento aos requisitos previstos no artigo 489 do Código de Processo Civil. As questões que o juiz/tribunal não pode deixar de decidir são todas as questões relevantes deduzidas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública, as quais o juiz/tribunal deve resolver de ofício. Deixando de apreciar algum desses pontos ocorre a omissão.

Em relação à suposta omissão quanto à diferenciação entre impropriedade e irregularidade, anoto que o acórdão foi claro ao consignar que a falha relativa à extrapolação dos valores de fundo de caixa não caracterizou irregularidade formal. Ao contrário, configurou vício grave que ensejou a desaprovação das contas, uma vez que a forma irregular de pagamento foi utilizada para quitar quase que a totalidade das despesas, dificultando sobremaneira a apreciação dos gastos.

Assim, sobre esta questão, verifica-se que essa insurgência do embargante não diz respeito propriamente à omissão, mas sim ao descontentamento com a solução dada ao caso. Pretende a reapreciação da matéria julgada com a modificação da decisão, o que é vedado pela estreita via dos embargos de declaração. Persistindo a irresignação quanto ora trazida, deverá o embargante utilizar da via recursal adequada, razão pela qual considero a matéria como prequestionada.

De outra sorte, o embargante requer que a suspensão das cotas do Fundo Partidário seja feita somente em caso de não recolhimento espontâneo e não imediatamente.

Sobre o tema, restou consignado no acórdão que:

“Logo, determina-se a devolução dos recursos de origem não comprovada, no importe de R\$ 9.420,66 (eis que os valores de gastos apresentados foram reduzidos de R\$ 574.729,61 para R\$ 569.134,10) ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), bem como a suspensão do repasse dos recursos provenientes do Fundo Partidário até que seja efetuado o referido recolhimento ou prestado o satisfatório esclarecimento, nos termos dos artigos 36 da Lei nº. 9.096/95 e 47, II, da Resolução TSE nº. 23.464 (...).”

De fato, conforme alegado pelo embargante, nos termos do artigo 47, II, da Resolução TSE nº. 23.464, a suspensão só deve ocorrer caso não haja o recolhimento espontâneo.

Portanto, determina-se a devolução dos recursos de origem não comprovada,



no importe de R\$ 9.420,66 (eis que os valores de gastos apresentados foram reduzidos de R\$ 574.729,61 para R\$ 569.134,10) ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), bem como, caso não seja efetuado o recolhimento espontâneo, a suspensão do repasse dos recursos provenientes do Fundo Partidário até que seja efetuado o referido recolhimento ou prestado o satisfatório esclarecimento, nos termos dos artigos 36 da Lei nº. 9.096/95 e 47, II, da Resolução TSE nº. 23.464.

Por fim, o embargante afirma que o acórdão é omissivo porque não apreciou o disposto na Lei nº 13.877/2019, em relação à sanção imposta com fundamento no artigo 37 da Lei nº 9.069/95.

De fato, verifica-se que o julgado deixou de estabelecer o número de parcelas de desconto de repasses futuros do Fundo Partidário.

Nesse ponto, convém destacar que o TSE, no julgamento das PCs 0601752-56 e 0601858-18, DJE de 3.8.2020, adotou a compreensão externada no voto do Ministro Luís Roberto Barroso, no sentido de que a interpretação lógica e sistemática do atual teor do art. 37 da Lei dos Partidos Políticos impõe que seja diferenciada a medida de recomposição do Erário, que não apresenta caráter sancionador; e da multa, essa sim, reprimenda aplicável em decorrência da rejeição das contas e apenas essa passível de desconto dos futuros repasses do Fundo Partidário.

Na linha do voto condutor no indigitado leading case acerca dessa questão em específico, extrai-se que – sob nenhuma hipótese e com base em uma interpretação constitucional – poderia se admitir que o partido, ao não aplicar devidamente recursos públicos, pudesse recompor os valores irregulares ao erário mediante um simples decote nas futuras receitas oriundas do Fundo Partidário, independentemente do cumprimento da reprimenda pecuniária.

A devolução de valores tidos por irregulares diz respeito à recomposição dos cofres, não se tratando de sanção, mas de obrigação resultante das glosas apuradas na prestação de contas e provenientes da não aplicação do dinheiro público nas finalidades previstas no art. 44 da Lei 9.096/95, o que deve ser providenciado pelo próprio partido, com recursos próprios, conforme sempre se norteou a jurisprudência do c. TSE, orientação que deve ser mantida mesmo com o advento da Lei nº. 13.165/2015.

Portanto, nesse ponto, merece acolhimento os presentes embargos de declaração, para complementar o dispositivo do acórdão embargado que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Diante do exposto, acolho o parecer técnico da Seção de Contas Eleitorais e a manifestação da douta Procuradoria Regional Eleitoral e voto no sentido de se DESAPROVAR as contas prestadas pelo Partido Popular Socialista – PPS (Diretório Estadual), relativas ao exercício de 2016, impondo ao partido a obrigação de:

a) transferir, após o trânsito em julgado desta decisão, o montante de R\$ 23.712,33 do Fundo Partidário para criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, nos termos do art. 44, inciso V, § 5º, da Lei nº 9.096/95, o qual deve ser devidamente atualizado até sua efetiva utilização;

b) proceder a devolução dos recursos de origem não comprovada, no importe de R\$



9.420,66, ao Tesouro Nacional, nos termos dos artigos 14 e 47, II, da Resolução TSE nº 23.464/2015; e

c) *proceder a devolução ao Tesouro Nacional dos recursos do Fundo Partidário irregularmente utilizados no montante R\$ 45.004,84, com recursos próprios, valor ao qual se acresce a sanção de 20% cominada no artigo 49, da Resolução TSE nº 23.464/2015, no importe de R\$ 9.000,96, quantia esta que deverá ser descontada do valor a ser recebido do Fundo Partidário de forma parcelada em 6 (seis) meses, a, no máximo, 50% (cinquenta por cento) do valor mensal, com parcelas iguais e consecutivas, observando-se a necessidade de suspensão do desconto durante o segundo semestre do ano em que se realizarem eleições, nos termos do artigo 49 da Resolução TSE nº 23.464/2015;*

d) *Caso inexista repasse futuro de quotas do Fundo Partidário à agremiação, que impossibilite a realização do desconto, o pagamento deverá ser efetuado diretamente pelo órgão partidário, conforme prevê o artigo 49, § 3º, IV da Resolução TSE nº 23.464/2015.*

Oficie-se o Diretório Nacional do partido para execução deste julgado”.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer dos embargos de declaração opostos a fim de, no mérito, acolhê-los parcialmente, nos termos da fundamentação.

É o voto.

CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI

Relatora

EXTRATO DA ATA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (1327) Nº 0000160-79.2017.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATORA: DESA. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI - EMBARGANTE(S): PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS, RUBENS BUENO, JORGE GOMES ROSA FILHO, GERALDO HERNANDES TORRES e CIDADANIA - CIDADANIA (DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARANÁ)- Advogados dos EMBARGANTES: MAITE CHAVES NAKAD MARREZ - PR86684-A, FERNANDO CEZAR VERNALHA GUIMARAES - PR20738, LUIZ FERNANDO CASAGRANDE PEREIRA - PR22076-A, PAULO HENRIQUE GOLAMBIUK - PR62051-A e LUIZ EDUARDO PECCININ - PR58101-A

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração e, no mérito, acolheu-os parcialmente, nos termos do voto da Relatora.



Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Fernando Wolff Bodziak, Roberto Ribas Tavnaro, Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral, Carlos Maurício Ferreira, substituto em exercício, Desembargadora Federal Claudia Cristina Cristofani e Thiago Paiva dos Santos. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Mônica Dorotéia Bora.

SESSÃO DE 01.04.2022.

